

O Estado de São Paulo  
Segunda feira, 16 de janeiro de 2006

## JK e o Banco Central

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Deve causar surpresa a qualquer observador razoavelmente distante do fragor da refrega política brasileira o ruído em torno de alegações de imperícia na condução da política econômica. Opiniões quase unânimes sublinham os excessos da ortodoxia monetária ao perseguir o centro da meta inflacionária. O 'arco da sociedade' abarca a desabrida Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), opiniões na linha 'meninos, eu vi', papagaios desinformados e segmentos diversos do próprio governo que, depois de um período prolongado de recato forçado, se opõem à política econômica inspirada no 'pensamento único neoliberal'.

É bastante irônico que a pecha de 'pensamento único' seja reservada à política monetária implementada pelo Banco Central (BC). Hoje, se há qualquer coisa que se aproxime de 'pensamento único', certamente é o que caracteriza as críticas ao BC. Com choques de oferta relacionados ao setor externo e aos preços de alimentos contribuindo de forma significativa para que fossem cumpridas as metas relativas à inflação, fica difícil concordar com argumentos que sugerem que o ritmo de queda da taxa Selic poderia ter sido significativamente mais rápido e, ainda assim, seriam alcançados os objetivos previamente definidos quanto à inflação. Se a meta era para ser levada a sério, os ajustes que talvez pudessem ter sido feitos seriam de magnitude marginal e seguramente não teriam viabilizado o nirvana de crescimento que parece imaginado por muitos dos críticos da política de juros.

Sempre seria possível eleger, no quadro do regime de metas inflacionárias, objetivos menos ambiciosos quanto à inflação e definir prazo de transição mais longo rumo à inflação baixa. Mas não é claro se essa trajetória, numa avaliação de prazo mais longo, seria preferível à que se adotou no atual governo.

Nunca é demais lembrar, também, que o ritmo de crescimento da economia depende apenas em parte da política monetária. A busca da 'URV do desenvolvimento' não é busca mágica do Santo Graal. Como demonstram as histórias de sucesso das economias asiáticas, ou da Irlanda, ou do Chile, crescimento econômico sustentado depende de definição e implementação de amplo conjunto de políticas de governo que afetam infra-estrutura, treinamento de mão-deobra, ciência e tecnologia, marcos regulatórios, financiamento público do investimento privado, acordos comerciais, e assim por diante. Na maior parte desses temas o governo Lula fracassou miseravelmente. Não espanta que diversos dos responsáveis por políticas setoriais engrossem o coro de críticas à política monetária. É sempre mais fácil atribuir a culpa a outros.

O que poderia explicar tal tolerância com a inflação? Certamente a inércia tem que ver com isso: a tolerância de ontem explica a tolerância de hoje. E, de fato, pode ser constatado que as raízes do pensamento único inflacionista estão firmemente entranhadas na história da política econômica do Brasil. Os comentários sobre JK suscitados pela atual minissérie ;televisiva ilustram o ponto perfeitamente. É a canonização também quase unânime: 'JK, o presidente bem-amado, o estadista (...) moderno, o otimista, o bem-humorado que nos fez acreditar que o Brasil poderia ser grande.' Ou 'quando JK estava na Presidência, tinha-se a sensação de que o Brasil estava no Primeiro Mundo. E não só para a elite, mas para os mais humildes (sic) também'. Foi 'um período em que o sonho se tornou possível, em que caiu por terra o complexo de vira-lata dos brasileiros'. Outros argumentos tratam de defender o desempenho da economia no seu governo: 'Afirmar que JK fundou (sic) a inflação é uma visão empobrecida do pensamento único.' Afirma-se, alternativamente, que 'a idéia de que

Juscelino criou (sic) a inflação é obra de opositores 'históricos' e de militares'. Ou simplesmente se aceita a justificativa de que 'outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a nação', mas tal tarefa seria impossível sem os maciços gastos prévios em infra-estrutura. É a consagração do 'après moi le déluge' ('depois de mim, o dilúvio') tropical, ou dane-se o meu sucessor, implementada com tanta desenvoltura pelo ex-presidente.

É difícil encontrar economista que possa ser levado a sério que não critique a macroeconomia de JK. Eustáquio Reis, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sintetizou bem a avaliação de JK que se impõe como qualificação do mito: 'Sua herança é a inflação descontrolada, a irresponsabilidade fiscal, o endividamento excessivo, a megalomania das obras eleitoreiras, a subvenção industrial e o intervencionismo do Estado. JK montou um sistema que só dava certo no curto prazo.' A irresponsabilidade da macroeconomia do 'homem cordial' deve necessariamente ser elemento fundamental na avaliação do governo JK. Adotar postura crítica sobre JK e a economia não implica negar suas virtudes, principalmente em relação à pacificação política e ao respeito às liberdades democráticas. Nem negar que seu mandato coincidiu com eventos notáveis no terreno cultural e esportivo, embora nem mesmo seus defensores mais ardorosos encontrem relação de causalidade estreita. Podem e devem existir posturas intermediárias nas avaliações de JK entre a crítica reacionária de Eugênio Gudin e a louvação deslumbrada.

A avaliação enviesada do governo JK abre espaço para ilusões quanto à possibilidade de ser retomado o crescimento com um regime de inflação relativamente alta. Tal como dom Sebastião em Portugal, um governante moldado à imagem de JK reconduziria o Brasil ao desenvolvimento, à criatividade arquitetônica e musical, à paz política e social, ao alto-astral. Em vez de nos narcotizarmos com tais ilusões, deveríamos construir sobre os alicerces lançados pelo sucesso da política econômica.

\*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio